

Outra face da economia da Zona da Mata Mineira: Produção agrícola de subsistência numa região de economia agro-exportadora – São Paulo do Muriahé (1848-1888)

Jamila Aparecida Silva Câmara *

Resumo: O presente estudo atenta para a pesquisa regional na freguesia agrária de São Paulo do Muriahé, localizada na Zona da Mata Mineira, em meados do século XIX, no qual se acredita ter como eixo principal a produção cafeeira. Entretanto, através da análise dos inventários *post-mortem* da Comarca local arquivados no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, observamos uma diversificação agrícola e não apenas uma produção cafeeira. Desta forma, temos como objetivo identificar os demais componentes da economia do período em questão, que poderia constituir um mercado paralelo ao eixo principal. O recorte temporal 1848 a 1888 se justifica pelo fato da data inicial ser responsável pelo primeiro documento encontrado no cartório local e a data limite marcar o fim do sistema escravista, permitindo obter um panorama desta produção no período proposto. Tal trabalho contribuirá para a compreensão histórica de uma região que só atualmente vem sendo alvo e referência para pesquisas acadêmicas.

Palavras-chave: Inventários post-mortem, Agricultura, propriedade.

Abstract: This careful study for regional survey in the parish agrarian of São Paulo do Muriahé, located in the Zona da Mata Mineira, in mid-nineteenth century, which is believed to have as its main coffee production. However, through analysis of postmortem inventories filed in the District Local Notary Forum Pacheco de Medeiros, a noted agricultural diversification and not just a coffee production. Thus, we aim to identify the other components of the economy of the period in question, which could be a parallel market to the main axis. The time frame, from 1848 to 1888 is justified by the fact that the start date be responsible for the first document found in the office place and date marks the end of the slave system, allowing for an overview of this production in the proposed period. This work will contribute to the historical understanding of a region that currently only has been the target and reference scholarly research.

Key words: post-mortem inventories, Agriculture, property.

1- História Agrária e seus aspectos conceituais.

A estrutura fundiária que se desenvolveu no país logo após o início da colonização continua sendo ainda hoje um tema amplamente discutido no meio acadêmico brasileiro, sendo responsável pelo surgimento de diversas teorias sobre o

* Mestranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense- UFF. Email: milavim@hotmail.com

desenvolvimento agrícola brasileiro. Resultantes de um debate intensificado na década de 1980 com a consolidação dos cursos de pós-graduação em História nas universidades brasileiras, as teorias que hoje fomentam as investigações a cerca das características do funcionamento da economia agrícola desde o período colonial revelam realidades distintas das pensadas até bem pouco tempo atrás, constituindo uma nova maneira de pensar a história.

Num contexto mais específico, (outra marca dessa renovação nas análises do campo agrário) a documentação cartorial se mostra bastante eficaz para a construção de uma explicação que abarque fundamentação necessária na construção de novas afirmações. Nessa perspectiva, e a partir do trabalho de catalogação dos inventários post-mortem do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros situado na atual Muriaé, abriu-se a oportunidade de análise da historiografia da região da Zona da Mata, localidade em que se percebem produções muito pontuais a respeito de sua estrutura agrária. A localidade, que no período delimitado era denominada de São Paulo do Muriahé, é comumente classificada como sendo de menor expressão econômica na região, o que desperta o interesse pela análise. A principal fonte utilizada serão os inventários *post-mortem* do citado Fórum entre o período de 1848 e 1888.

O período escolhido para a realização da pesquisa se inicia em 1848, por conta de serem dessa data os primeiros arquivos encontrados no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros. E limita-se em 1888 por ser esse o ano do fim da escravatura no Brasil, o que posteriormente provocaria diversas mudanças na dinâmica econômica, principalmente no que diz respeito aos custos da mão de obra e ao mercado consumidor (ALMICO 1997). Para melhor visualização do caminho percorrido pela produção agrícola ao longo do período optamos pela amostragem, utilizando 82 inventários, do total de 240 catalogados referentes aos anos propostos. Foram utilizados ainda recortes com intervalo de 10 anos.

Além dos métodos e técnicas que foram utilizados para construção da análise, faz-se necessário demonstrar a conceituação de alguns termos que serão inerentes à pesquisa e que servirão de base teórica para o estudo.

O primeiro deles seria o conceito de Região. Resultante do contato com a geografia humana impulsionado pelas atividades no interior dos *Annales*, o campo de análise regional voltou a fazer parte dos estudos sociais tanto na França quanto na Inglaterra por volta dos anos 1950, resultante, segundo Peter Burke “*da combinação entre as estruturas Braudelianas, a conjuntura de Labrousse e da nova demografia Histórica*” (BURKE, 1997). A prática se tornaria essencial para a revisão das grandes generalizações responsáveis pela omissão dos casos particulares, pois a História estava completamente voltada para os grandes processos econômicos e políticos. No entanto, se criava um problema metodológico polêmico: Como se definir um bloco regional? Quais critérios utilizar para se definir uma região além dos aspectos físicos?

O tema é tratado em “*Agricultura, escravidão e capitalismo*” lançado em 1979 por Ciro Flamarion Santana Cardoso, que chama-nos chama a atenção para seu caráter múltiplo, como diz em:

(...) a única maneira de usar com proveito a noção de região consiste em defini-la operacionalmente de acordo com certas variáveis, sem pretender que seja a única maneira “correta” de recortar o espaço e de definir blocos regionais.

Em outras palavras o autor fala que caberá ao historiador adequar o conceito de região ao objetivo de seu trabalho. (CARDOSO 1979:73)

Essa definição também é compartilhada por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira que acrescentam à visão de Cardoso a prerrogativa que demonstrar o espaço de sua pesquisa é um objetivo a mais do historiador, “*corrigindo ou reafirmando suas pretensões iniciais*” (LINHARES & TEIXEIRA 1995).

Em recente trabalho defendido na UFF, Marina Monteiro Machado também demonstra a complexidade do significado do termo. Partindo dos pressupostos de Bourdier a autora explica que ‘região’ não possui conceituação natural, mas possui construção social e histórica, sendo ao longo de sua trajetória “*permeada por interesse, conflitos e lutas de ações simbólicas pela afirmação social*” (MACHADO, 2012).

Quanto ao crescente interesse em temas regionais, Maria Yedda Linhares atenta ainda para dois motivos que podem ser responsáveis pela volta das atenções para a

história regional, concebidas como história econômica e social por excelência. A primeira relaciona a importância do uso de dados de base, podendo testar generalizações mais amplas. A segunda, devido ao fato destas fontes terem se revelado a complexidade dos sistemas socioeconômicos. (LINHARES 1997: 166)

Nessa perspectiva, se tomarmos como pressuposto o tradicionalismo ao pensarmos em História de Minas no século XIX, principalmente na região da Zona da Mata Mineira, nos ocorrerá sempre uma idéia de uma grande e próspera lavoura de produção cafeeira, responsável por um longo período pela economia do país. No entanto o que foge aos olhos mais tradicionais é que todo esse aparato lucrativo dependia de um sistema sutil, mais de extrema importância para seu funcionamento e que, em alguns casos, poderia até mesmo se sobrepor ao setor agrícola considerado principal. Contudo, é necessário antes identificar a formação do município de São Paulo do Muriaé (atual Muriaé), para melhor situarmos as condições que propiciaram a formação do alicerce econômico da cidade baseado na agricultura.

2 - Zona da Mata: uma discussão historiográfica.

Em seu estudo sobre a organização do espaço urbano de Muriaé, Douglas Cirino utiliza-se da obra de José Henrique Hastenreiter. O autor demonstra os primórdios da habitação do Sudeste de Minas Gerais, que teria ocorrido com a vinda dos índios Puris e Coroados, dos litorais do Rio de Janeiro e Espírito Santo em busca de refúgio nessas terras, formando assim os primeiros núcleos populacionais. (HASTENREITER 1979 *apud* CIRINO 2006:14-15).

Situado na porção leste da Zona da Mata mineira, o município de São Paulo do Muriaé teve sua ocupação consolidada no início do século XIX, após a ordenação de aldeamento dos índios, sob as premissas das leis Pombalinas. O local do aldeamento, batizado de São Paulo do Manoel Burgo, logo ficou conhecido como 'áreas proibidas', e teve a ocupação lenta e constante, visto que até então ali viviam índios - em sua maioria Purís, mas também Botocudos, Coroados e Coropós - que a dominavam. Além disso, a política imperial de não ampliar as áreas além das de mineração a fim de se evitar contrabando de ouro, fez com que toda essa localidade tivesse povoamento tardio

em relação às outras da zona da mata. No entanto, com o declínio das minas e abertura do Caminho Novo os fluxos migratórios foram se espalhando por todo o território, e o povoamento, assim como a ocupação das terras ganharam nova dinâmica, intensificando-se. A partir de então as localidades que começam a surgir são criadas a partir de uma lógica interna, ou seja, o retorno ao mundo agrário (PRADO Jr. 1987; ANDRADE, 2011.).

Ainda de acordo com Rômulo Andrade, no tocante às primeiras atividades comerciais, a região onde se insere o estudo é explorada por comerciantes, chamados por ele de *mercadores campistas* e índios desde fins do séc.XVIII. Em 1819 o então diretor geral dos índios de Minas Gerais Guido Marliére ordena aldeamento dos nativos e assim “oficializa as atividades desses grupos entre agricultura e extrativismo orientados por um diretor de índios”. A ordem é executada por Constantino Pinto, visto tradicionalmente a partir disso como fundador da cidade de Muriaé (ANDRADE 1995: 24-25),

Outro aspecto abordado por Rômulo Andrade em sua pesquisa é sobre o apossamento e das terras de cultura que, ante a Lei de Terras de 1850, só se encontrariam citadas em Registros Paroquiais. Esses registros, segundo Andrade, trazem em si uma versão de origem da posse da terra, muitas vezes declarada como “postas pelo declarante”, sem maiores esclarecimentos.

A questão da apropriação de terras no Brasil ainda consiste em um debate altamente polêmico tanto dentro quanto fora da academia. No entanto, ainda contamos com alguns estudos que subsidiam a discussão sobre a estrutura fundiária no país. A respeito disso, José de Souza Martins é autor de um Clássico dedicado à questão da terra, cujo objetivo foi analisar a transição do trabalho escravo para o livre relacionado com a questão da política de acesso a terra no Brasil. Em “Cativeiro da Terra”, Martins conclui que a Lei de Terras tão somente atendeu a interesses dos grandes fazendeiros do país. Ao ter na compra a principal condição de adquirir a posse e, por conseguinte, a propriedade, sacramentou-se exclusão dos homens livres e pobres do processo de aquisição de terras (MARTINS 1986). Nessa mesma direção, José Murilo de Carvalho realizou estudo na tentativa de trazer à luz os debates ocorridos no âmbito político e as

ações controversas da elite agrária do período que, segundo o autor, compuseram o cenário de formação da Política de terras no Brasil. Para José Murilo, os grandes proprietários de terras impediram, através de sua influência na política, que o decreto saísse da esfera legislativa, afirmando a inoperância do Estado imperial diante de situações que ferissem os interesses dos ditos ‘Barões’ (CARVALHO 1988).

Em contra partida às visões dos autores, Márcia Motta defendeu pela UNICAMP em 1996 a tese de doutoramento intitulada ‘*Nas fronteiras do Poder*’, inaugurando uma maneira diferenciada de interpretação dos principais reflexos da implantação da lei de regularização da posse da terra, bem como os conflitos gerados pelo direito de acesso a ela enquanto meio de sobrevivência e/ou acumulação, cuja consagrada publicação atualmente chegou a sua segunda edição. Através de análise de fontes cartoriais de Paraíba do Sul-RJ, Motta descreve conflitos e lutas judiciais no município pela propriedade da terra entre proprietários e posseiros nos variados estratos sociais, ao contrário do que afirmava Carvalho com relação à inutilidade da lei (MOTTA 2008).

No caso específico da freguesia, conta-se com pesquisa feita pela professora Vitória Schettini que realizou estudo de caso através de fontes cartoriais e paroquiais sobre o conflito protagonizado pelos herdeiros da fazenda Capivara, localizada em São Paulo do Muriahé, para analisar os efeitos da promulgação da lei de terras no município (ANDRADE 2008).

Ainda com relação ao município, outro aspecto em relação às terras, reside na composição das propriedades, onde a apropriação de terras no município estaria atrelada às remanescentes da Lei de Terras de 1850. Nesses mesmos registros percebem-se ainda as primeiras unidades produtivas de cana de açúcar no município, por volta da década de 1840. As pequenas produções que variavam entre cana, milho, entre outros mantimentos serviriam de ponto de partida para a acumulação e investimentos em outros rendimentos subsequentes. (ANDRADE 1995: 26-27)

Concernente ao mundo rural que é objeto de estudo da História Agrária, outro fator digno de menção é a situação trabalhista na região no período analisado. Para a Zona da Mata, possuímos algumas produções que analisam a transição ou ‘as transições’ nas palavras de José de Souza Martins (devido à variedade de especificidades que ocorriam em diferentes partes do País nesse contexto). Um exemplo

dessas análises é a dissertação de Mestrado de Luiz Fernando Saraiva, para a região de Juiz de Fora, intitulada “*Um correr de Casas, Antigas Senzalas: A transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora (1870- 1900)*” defendido em 2001. Nela, o autor apresenta de maneira ímpar a evolução da questão da transição do trabalho na historiografia brasileira, além de uma pesquisa de fôlego, pautada em massiva análise de fontes cartoriais, que apontou a permanência dos cativos nas propriedades rurais no período de transição, embora esse não tenha impedido a incorporação dos trabalhadores estrangeiros que chegaram à região nesse período (SARAIVA 2001).

Para a micro-região de São Paulo do Muriaé, especificamente, possuímos poucos trabalhos que fornecem visibilidade das especificidades que ocorreram no processo de transição do trabalho escravo para o livre, ainda que existam trabalhos que abordem a temática. Um dos casos é o da dissertação de Mestrado em Ciência Política de Romilda Mourão Gontijo, defendido em 1992, pela UFMG. Em “*A parceria e o café na Zona da Mata Mineira (1850-1906)*”, a autora aborda de maneira objetiva o sistema de parceria entre proprietários e trabalhadores rurais em quatro municípios da Zona da Mata Leste (incluindo São Paulo do Muriaé) descrevendo os locais em que predominavam os contratos de parceria e a duração destes, mas acaba por omitir alguns casos específicos que possam ter ocorrido, resultando em uma possível generalização do sistema de trabalho para a micro-região. Ao final, a autora conclui que as atividades de parceria extrapolam o período analisado por ela, mas também reconhece que ainda faltam trabalhos que forneçam um panorama mais abrangente sobre a questão trabalhista na região (GONTIJO 1992).

Sobre as produções paralelas ao café, produto tradicionalmente considerado norteador do mercado, percebemos estudos como o de Célia Muniz sobre a trajetória econômica das famílias da região de Vassouras, no qual a autora identifica problemas enfrentados pelos produtores de café daquela região. E acaba por concluir que só através da diversificação da produção agrícola que as famílias poderiam atravessar as más fases do café durante o séc. XIX. (MUNIZ 2005:33)

Ainda sobre a diversificação da produção agrícola encontraremos o trabalho de Sônia de Souza, que pesquisa as estruturas da economia do município de Juiz de Fora no mesmo período utilizado nesse estudo. Sônia demonstra o caminho percorrido pela

diversificação das culturas, mais especificamente a produção de alimentos junto ao cultivo de café. A autora identifica a existência de um coeso mercado interno, com fins de abastecimento local. (SOUZA 1998: 4)

Propondo uma análise similar ao trabalho de Sonia de Souza, buscamos identificar através dos inventários *post-mortem* indícios de produções que fossem diferentes da cafeicultura e formadores de um mercado, começando com a observação dos dados obtidos. De acordo com os recortes propostos, obtivemos a seguinte disposição de inventários por ano:

Tabela 1

Número de Inventários Analisados do Fórum tabelião Pacheco de Medeiros, 1848-1888

Anos propostos	Nº de inventários
1848	9
1858	17
1868	16
1878	17
1888	23
Total	82

Fonte: Inventários post-mortem Medeiros 1848-1888 do Fórum Tabelião Pacheco de

No primeiro recorte proposto, iniciado em 1848, contamos com a soma de 9 inventariados, todos residentes em zona rural e produtores agrícolas. O somatório de suas terras, situadas ao redor da cidade de São Paulo do Muriahé chegam a 320 alqueires que possuem o valor total de 13:040\$000 réis, sendo que 60 alqueires estão destinados ao plantio de cana, 61 a cultura do milho, ficando destinado às outras culturas um total de 42 alqueires, constando nos inventários os outros 157 restantes apenas como “terras de cultura”.

Nesse período, somente 2 cafezais são encontrados. Um com 4000 pés de café pertencentes à Joanna Maria de Jesus no valor de 400\$000 réis plantados em 11 alqueires de terra e o segundo a Ana Maria de Jesus, com a denominação somente de “cafezal” não contendo a quantidade exata de plantas, mas com o Valor de 550\$000 réis, plantados em 14 alqueires de terra.

Como se percebe nesse período o café ainda não é o principal produto das culturas agrícolas do município, ficando o milho com o maior destaque. Ainda são registradas as benfeitorias¹, que somam 16, distribuídas nas 9 propriedades e que possuem o valor total de 987\$000 réis.

No período do recorte subsequente, tendo início em 1858 observamos um maior montante de registro de bens por contarmos com um maior número de inventários.

Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários *post-mortem* de 1858:

Tabela 2

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum tabelião Pacheco de Medeiros - 1858

Bens de Raiz	Quantidade (em alqueires ou unidade) ²	Porcentagem
Terras de cultura	760 alqueires	51,2%
Cana	193 alqueires	14,2%
Milho	825 alqueires	12,9%
Café	8800 pés	8,8%
Benfeitorias (Moinho, Engenho, Paiol)	30 unidades	7,8%
Outras Produções (arroz, feijão, etc.)	130 alqueires	5,1%
Total	-	100%

Na segunda tabela, vemos uma maior representação da propriedade agrícola no que diz respeito à diversificação produtiva. Permanecem constantes as culturas de cana e de milho e ainda vemos um aumento na participação do café e aparecem outras produções, entre laranja, arroz, feijão, etc. Apesar da baixa participação desses produtos

¹ São consideradas benfeitorias nesse período somente paiol, moinho e engenho.

² As quantidades estão com a observação de aproximadamente pelos valores e unidades de medidas nem sempre serem os mesmos em todos os documentos. Alguns dados apresentam medida em hectare, outros alqueires, sorte, parte, fazenda, etc. sem dar plena certeza da real medida.

no montante final dos valores, a quantidade de terras ocupadas por essas culturas levam a acreditar que seu cultivo não era destinado apenas para consumo próprio, mas também compunham as mercadorias que seriam comercializadas, juntamente ao café a cana e o milho. Nesse período também já se encontrava em vigência a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como a Lei de Terras, o que contribuiu para uma maior regularização da posse da terra e, por conseguinte, possibilitou um controle maior dos registros oficiais das porções de terra no Brasil, mesmo sabendo que não podemos vê-la como cópia fiel da realidade.³

Em 1868, percebemos um grande salto dado pela produção cafeeira no município, visto que os inventários registram um número muito maior de unidades plantadas. São 183.000 pés de café no valor de 45:896\$000 réis, distribuídos em 298 alqueires de terras. Devido a esse crescimento, surge um novo integrante no quesito benfeitoria, que são as “casas de pilhar café”. A produção de milho e cana se reduz bastante, passando a ser destinado para essas duas culturas pouco mais que 200 alqueires, trazendo a soma de 14:312\$000 nos inventários analisados e as demais culturas, embora não desapareçam, são bastante sufocadas pelo crescimento da cultura de café.

No quarto recorte percebemos que os valores de bases dos produtos quase não se alteram, observados na tabela 3.

³ Para maiores detalhes, ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder. Conflito de Terra e Direito Agrário no Brasil do século XIX*. Niterói. Ed. UFF, 2008; ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. A Lei de Terras e seus efeitos para a região de Muriaé: O caso da fazenda Capivara. In: *Anais 2º Seminário de História Social e Econômica da Zona da Mata*. Outubro 2008. Cd Rum

Bens de raiz	Quantidade (em alqueires ou unidade)	Porcentagem
Terras de Cultura	1034 alqueires	48,0%
Café	768.989 pés	25,8%
Milho	518 alqueires	18,7%
Benfeitorias (Moinho, Engenho, Paiol)	42 unidades	3,8%
Cana	53 alqueires	2,6%
Outras Produções (Arroz, Feijão, etc.)	120 alqueires	1,7%
Total	-	100%

Tabela 3

Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários *post-mortem* de 1878

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum tabelião Pacheco de Medeiros – 1878

O que mais chama atenção nesse período é o aumento significativo nos números de pés de café que praticamente quadriplica sem maior alteração em seu valor total. O que pode explicar essa disparidade entre preço e quantidade é o fato de, nas maiorias das descrições sobre os pés de café, eles estão muito novos ou muito velhos, o que de fato influencia na avaliação da cultura. Outro fator é o número de alqueires dedicados à cultura de milho, que volta a crescer. Isso se explica por uma única propriedade, pertencente ao inventariado João Lucas Antunes Vieira, que dedica 500 alqueires para o cultivo de milho.

No ultimo recorte considerado, que se inicia em 1888, observaremos um grande crescimento em todos os pontos por nós observados, sendo o café o maior destaque.

Nesse período já notamos a produção de café bem consolidada, não entrando na soma acima as 7640 arrobas do produto já colhido em sacas, pertencendo boa parte dessas sacas ao inventariado Desembargador Antonio Augusto Canêdo.

Embora o desembargador tenha falecido em 1883, consideramos seus bens, para esse período, um dos maiores montantes agrícolas da região. Em suas terras, havia plantado mais de 102.000 pés de café na época da abertura do inventário. É responsável ainda por boa parte da produção de outros gêneros, entre eles o arroz, possuindo 130 alqueires de cultura desse produto.

Tabela 4

Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários *post-mortem* de 1888.

Bens de raiz	Quantidade (em alqueires ou unidade)	Porcentagem
Terras de Cultura	1067 alqueires	48,6%
Café	913.000 pés	34,9%
Benfeitorias	57 unidades	9,7
Milho	117 alqueires	4,7
Outras Produções (arroz, feijão, etc.)	307 alqueires	1,2
Cana	87 alqueires	0,9
Total	-	100%

Fonte: Inventários post-mortem do fórum Tabelião Pacheco de Medeiros

Esse maior crescimento da produção do café no último período analisado pode ter explicação no que considerou Rômulo Andrade sobre seu estudo no município. Segundo o autor, a economia de São Paulo do Muriaé baseada no cultivo de café só se consolidou após 1886, com a inauguração da ferrovia Leopoldina Highway, onde passaram a existir melhores condições de escoamento do produto para o Rio de Janeiro. (ANDRADE 1995: 56)

3- Considerações Finais

Esse estudo dos inventários *post-mortem* nos permitiu delinear uma parte da economia do município de São Paulo do Muriaé, em que se baseava e quais eram seus principais componentes.

Pudemos acompanhar um crescimento gradativo da cultura do café por entre os períodos analisados, percebendo que seu sucesso na região veio muito além do que se pensava tradicionalmente, só se consolidando ao fim do período proposto para análise.

No lugar da cafeicultura, ao contrário do que se pensava, vemos o milho como constante produção de subsistência e comércio, dado à extensão de terras destinadas à sua cultura juntamente com a cana que, mesmo produzida em menor escala, também esteve presente em todos os períodos, em maior ou menor proporção em relação aos outros produtos.

Ainda notamos a constante presença das terras de cultivo sem plantio descrito. Os valores dessa posse nos levam a crer que essas terras eram a principal garantia econômica dos proprietários rurais do período, visto que na maioria dos inventários existem porções de terra incultas.

Outro fator importante de se salientar diz respeito ao número de benfeitorias nas propriedades. Esse crescimento dessas nas propriedades acompanha o desenvolvimento da produção de café.

As outras produções, que englobam arroz, feijão, laranja entre outras produções, apesar do cultivo ser menor, porém, em escalas constantes, contando com boas porções de terras destinadas principalmente para o cultivo de arroz em algumas propriedades.

O principal fator a se observar é que em São Paulo do Muriaé, apesar do grande número de alqueires de terras pertencentes aos produtores agrícolas, como afirma Rômulo Andrade serão as pequenas propriedades que serão responsáveis por grande parte da produção agrícola. (ANDRADE 1995: 34)

Estudos nesse sentido são essenciais para o entendimento do funcionamento da economia de determinadas regiões, principalmente locais em que não existem grandes concentrações de pesquisas que visem o conhecimento afunilado. Tais pesquisas contribuem para desmistificação de paradigmas tradicionais e generalizantes sobre o eixo econômico vigente nesses lugares.

Fontes Manuscritas

- Inventários post-mortem arquivados no Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros – 1848-1888

Bibliografia

ALMICO, Rita de cássia. Fortunas em Movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora /1870-1914. **Dissertação de Mestrado**. Campinas: instituto de Economia, 1997.

ANDRADE, Rômulo. Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco. Zona da mata de Minas Gerais, séculos XIX. (A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo). **Tese de doutoramento**. São Paulo; USP, 1995.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Lei de terras e seus efeitos para Muriaé: o caso da fazenda Capivara. In. **Anais 2º Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira**. Outubro 2008. Cd Rum.

_____. Os sertões de São Paulo do Muriaé: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira (1946-1888). **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro. UFRRJ, 2011.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo : Ed UNESP, 1997,

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis. Ed. Vozes. 1979.

CARVALHO, José Murilo de. A política de terras no Brasil: o veto dos barões. In. _____. **Teatro de Sombras: política imperial**. São Paulo. Ed. Vértice. Rio de Janeiro. IUPERJ, 1988.

GONTIJO, Romilda Mourão. A Parceira e o café da Zona da Mata Mineira (1850-1906). **Dissertação de Mestrado**. UFMG. Belo Horizonte, 1992.

HASTENREITER, José Henrique. *Revista de Historiografia Muriaeense* 2ªed. Ano II. 1979 *apud* CIRINO, Douglas Soares. A organização do espaço urbano de Muriaé-MG . **Monografia de Bacharelado**. Juiz de Fora; UFJF, 2007.

LINHARES, Maria Yedda Leite. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.166

MACHADO, Marina Monteiro. **Entre Fronteiras: posses e terrasindígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790-1824)**. Ed. Unicentro – Horizonte – Eduff. Rio de Janeiro, 2012.

MARTINS, José de Souza. **O Cativoiro da Terra**. São Paulo. Hucitec. 1986.

MOTTA, Márcia M. Menendes. **Nas fronteiras do poder: Conflito de terra e direito agrário no Brasil do século XIX**. 2ª edição. Eduff. Niterói, 2008.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. A riqueza Fugaz: Trajetórias e Estratégias de Famílias de Proprietários de terras de Vassouras, 1820-1890. **Tese de Doutorado** – Rio de Janeiro UFRJ, 2005.

PRADO Jr. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 20º Ed. Editora Brasiliense. São Paulo, 1987.

SARAIVA, Luiz Fernando. Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora, 1870-1900. **Dissertação de Mestrado**. Niterói. PPGH/UFF, 2001.

SOUZA, Sônia Maria de. Além dos Cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. **Dissertação de Mestrado**. Niterói. UFF. 1998

TEIXEIRA, Francisco Carlos e LINHARES, Maria Yedda L. Região e História Agrária. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 8. Nº 15, 1995, pag. 17-36.